# A PERCEPÇÃO DOS FIÉIS PENTECOSTAIS QUANTO AO ENVOLVIMENTO DE SUAS DENOMINAÇÕES NA ATIVIDADE POLÍTICA.

*Valdir Pedde*[1]

**Resumo:** O artigo realiza um estudo exploratório sobre a forma com que os participantes da Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Assembléia de Deus percebem as eleições e a postulação de seus representantes a cargos políticos. Verificou-se que há uma grande aceitação por parte dos fiéis dessas igrejas. A pesquisa revelou que a cosmologia é uma variável fundamental na relação entre fiéis (religião) e política. Quanto mais uma denominação acionar recursos mágicos através de rituais, maior será sua possibilidade de alcançar seu objetivo no campo político. Por fim, essa realidade tende a mostrar que a interpretação do processo de secularização, enquanto avanço da racionalidade científica e o recuo da religião, entendida como subjetivação do sagrado, deve ser repensada.

**Palavras-chave**: Pentecostalismo, religião, magia, política, eleições.

**Keywords**: Pentecostalism, religion, magical, politics, elections.

## INTRODUÇÃO

Este texto resulta de um estudo exploratório entre fiéis da Igreja Assembléia de Deus, da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Universal do Reino de Deus. O objetivo é avaliar como tem sido percebido pelos freqüentadores dos cultos o envolvimento destas denominações[2] com a política.

---

[1] Doutorando em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[2] Para fins desse trabalho, usamos o termo denominação como sinônimo de Igreja, enquanto instituição.

Este estudo exploratório baseia-se em uma pesquisa realizada entre 66 evangélicos pentecostais. Destes, 25 pertencem à Assembléia de Deus (AD), 19 são da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e 22 da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Nesta pesquisa, procuramos obedecer dois critérios. O primeiro deles foi não realizá-lo somente em Porto Alegre mas também em algumas cidades da Grande Porto Alegre. O segundo critério foi o de não utilizar as últimas eleições para o legislativo municipal como material para a pesquisa. A razão para tal, como veremos no decorrer do texto, é a de que buscamos averiguar se os fiéis acompanham o mandato parlamentar daqueles que elegem. Em lugar de verificar o grau de envolvimento com as últimas eleições, centramos nossa pesquisa no grau de conhecimento dos fiéis sobre a prática parlamentar dos eleitos para o legislativo estadual há dois anos.

## A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

Quando os membros das denominações pesquisadas foram perguntados acerca de sua opinião sobre a participação de suas igrejas na política institucional, 89% deles afirmaram tratar-se de uma atitude benéfica para suas instituições religiosas. Apenas 5% não percebiam essa atividade como benéfica e 6% não tinham opinião formada a respeito.

Na Assembléia de Deus, encontra-se o índice mais alto de aprovação dessa relação. 92% dos membros percebem a relação entre sua denominação e a política como benéfica e apenas 4% não a vêem como conveniente. Na IURD, são 90% os que manifestaram aprovação. Apenas 5% deles não concordam com essa interação. Na IEQ, 89% entendem como benéfica a relação, sendo 11% aqueles que não a aprovam entre a IEQ e a política. Nesta questão somente uma pessoa (5,5%) disse que não saberia responder.

Seguem-se algumas opiniões favoráveis à interação entre religião e política. Com poucas variações nas formulações representam as idéias mais citadas nas entrevistas:

"Talvez não diretamente [benéfica] para a religião, mas às pessoas como um todo".

"É benéfico não só aos evangélicos, mas à sociedade que procura pessoas honestas e capazes de seguirem princípios".

"Eu acho muito importante, pois nós, evangélicos, temos que estar sempre bem informados em relação a nossa política. Aumenta a consciência política e faz o povo chegar mais a Deus".

Percebe-se que a ética (a moral referente à religiosidade assumida) é a porta de entrada das comunidades pentecostais para o mundo da política. Uma questão que se levanta é: quais são as questões que integram a cosmovisão dessa moralidade que se preocupa com a vida política institucional? Com exceção da maioria dos pastores da AD, podemos observar que a IEQ e a IURD usam o discurso da batalha espiritual como elemento fundamental para o discurso interno, ou seja, para o convencimento de seus fiéis a votarem em seus candidatos.

Transparece a concepção pentecostal da política como um espaço de corrupção e de vilania, constituindo-se em um lugar onde o mal atua e precisa ser "resgatado por Deus". Para uma das pessoas entrevistadas, filiada à IURD, "de 100% dos políticos não evangélicos, 99% são corruptos. De 100% evangélicos, 0,5% são corruptos". Essa concepção cosmológica de batalha espiritual e esse instrumental lingüístico de percepção do religioso sobre a esfera política já foi anteriormente estudada por Oro (2001).

Uma pessoa da AD que não percebe como benéfica a interação entre sua denominação e a política disse: "Correria o risco dessa pessoa se corromper e assim perderia a graça de Deus". Neste caso, a política institucionalizada é percebida como perigosa. A política enquanto tal é entendida como um espaço propício para a corrupção. Se o cristão envolver-se com a política e "cair em tentação", poderia afastar-se da fé.

Aqui vale a pena notar a distinção entre os discursos de membros da AD e da IURD. Enquanto os participantes desta última instituição tendem a usar um discurso vinculado à batalha espiritual, entre os fiéis da AD, a política constitui-se em um espaço de possibilidade de "perda da graça de Deus". A distinção entre os dois discursos é sutil, mas certamente gera comportamentos diferentes em relação à política. Para os participantes da IURD, a política é um espaço do mal, demoníaco, e que deve ser "resgatado para

Deus". Todavia, para alguns fiéis da AD, a política consiste em um espaço de maior provação para o cristão.[3] Assim sendo, deveria ser evitado para o bem espiritual do postulante ao cargo público. Essas duas formas de ver a política sugerem que há posturas diferenciadas quanto à recepção das recomendações dos pastores de que os fiéis votem nos candidatos por eles indicados. Desta forma, entre outros aspectos, as diferentes cosmovisões religiosas sugerem posturas diferenciadas ante o exercício do votar.

Constata-se, portanto, que as instituições religiosas pesquisadas partem de um mesmo princípio, qual seja, o de que a relação dos cristãos com o mundo é complicada e desvantajosa para os fiéis. Mas, deste princípio comum, surgem duas diferentes atitudes.

A primeira e, aparentemente mais aceita, é a convicção de que a relação do cristão com o mundo (neste caso, com a política) deve ser aprofundada. Este contato é entendido como benéfico para as igrejas que mantêm os políticos a elas ligados, e para a sociedade como um todo, já que esses homens públicos são identificados como honestos e pessoas de princípios. A segunda postura frente à relação entre religião e política é a percepção desse contato como sendo uma armadilha para a vida do cristão. A pesquisa realizada mostra que esta última postura é minoritária. Para os entrevistados que sustentam essa última posição, o fiel deve abster-se de imiscuir-se na política, identificada como um lugar de corrupção e grandes tentações.

Em um momento próximo da pesquisa aprofundaremos e estenderemos com mais dados quantitativos e qualitativos este tópico. De qualquer forma, parece-nos paradoxal a forma como os membros, sobretudo da AD, vêem a relação entre religião e política. Por um lado, temos que 92% dos fiéis entrevistados entendem ser positiva esta relação, mas, neste último pleito para o legislativo municipal, a AD não conseguiu eleger nenhum de seus candidatos. Será apenas porque seus votos se pulverizam entre muitos

[3] Essa percepção foi revelada não apenas por quem discordava da interação entre as duas esferas estudadas, mas também por alguns que percebiam essa relação como benéfica.

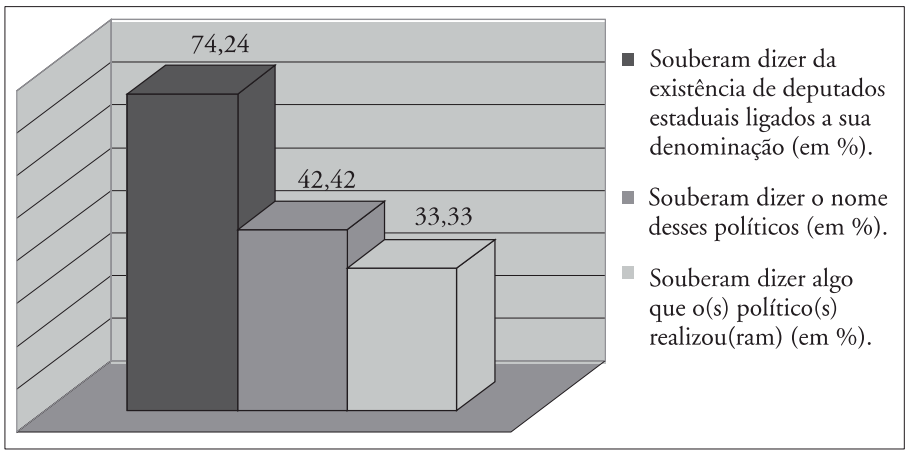
candidatos? Ou será que a alegada percepção de que a relação entre religião e política é benéfica não consiste em uma convicção realmente? Enfim, merece ser mais explorado até que ponto a cosmovisão religiosa pregada nas distintas denominações influencia suas posturas diante das eleições. A postura frente às urnas depende da cosmovisão que a instituição religiosa passa a seus fiéis com respeito à relação entre o cristão e o mundo que a rodeia? Trata-se de questões que merecem uma pesquisa mais aprofundada.

De qualquer forma, permanece válida a sugestão de Ari Pedro Oro (2001b), para quem o sucesso ou não nos pleitos eleitorais está intimamente ligado à estrutura hierárquica das denominações. Quanto mais hierárquica e vertical (a IURD) é colocada a nominata de representantes da instituição religiosa, mais sucesso obtém nas urnas. A AD, que conta com uma estrutura mais congregacional, horizontal e democrática, é a que menos sucesso vem obtendo na conquista de vagas nos legislativos, ao menos no Rio Grande do Sul.

## COMO OS EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS ACOMPANHAM SEUS CANDIDATOS

Constatamos que, de um modo geral, os evangélicos pentecostais apresentam uma compreensão positiva sobre a relação entre religião e política (89%). Por outro lado, veremos que esses fiéis não acompanham efetivamente os trabalhos desses religiosos-políticos por eles eleitos. Temos que 74% dos entrevistados sabem da existência de deputados estaduais ligados à sua denominação religiosa. Contudo, esse número sofre um decréscimo quando relacionado aos fiéis que efetivamente sabem nominar os políticos ligados ao campo pentecostal: 42%. Essa tendência de queda confirma-se quando os fiéis são questionados a respeito das realizações desses políticos. 33% dos entrevistados sabiam declarar alguma realização feita por políticos evangélicos. Conclui-se que 1/3 dos fiéis presta alguma atenção àquilo que seus representantes fazem na Assembléia Legislativa.

Quadro 1




Para efeitos de comparação, uma pesquisa realizada em Santa Catarina revelou que 23% do eleitorado lembra em quem votou para deputado estadual (Loetz, 1998). Já em São Paulo, uma pesquisa Datafolha mostrou que 72% dos entrevistados não se lembram em quem votaram para vereador na última eleição (Marinheiro, 2000). Diante destes números, podemos dizer que o eleitorado das denominações pesquisadas supera a média.[4] Mesmo assim, os índices levantados entre os pentecostais podem ser considerados baixos, uma vez que 89% deles percebem as candidaturas de evangélicos como benéficas para suas igrejas e/ou sociedade. A partir desse dado, poder-se-ia pressupor uma relação mais estreita entre religiosos-políticos e eleitorado, já que o universo de possibilidades de candidatos a serem votados se restringe a um ou dois nomes por denominação.

[4] Devemos lembrar que a pesquisa Novo Nascimento (1996) constatou a baixa participação cívica entre os evangélicos, mas considerada semelhante ao da população em geral. Contudo, a relação entre evangélicos da região metropolitana do Rio de Janeiro e seus representantes políticos foi expressivamente mais intensa do que a da população em geral.

A partir do quadro 1, podemos formular duas observações, complementares entre si. A primeira é a de que os evangélicos não assumem muito mais suas posturas de cidadãos do que a grande maioria do povo brasileiro. Sabe-se que a relação de cobrança do eleitor sobre o eleito é pequena (Fernandes, 1996). As denominações também não entendem como sendo de sua alçada acompanhar de perto a prática parlamentar dos deputados por elas eleitos. Como afirma o deputado estadual do Rio Grande do Sul, Sérgio Peres (PL), da IURD, "tem projetos que eu faço que a igreja nem tá sabendo". O objetivo das denominações, portanto, como a maioria das organizações, é de ter alguém que os represente nos meios políticos a fim de que, quando elas necessitarem, possam contar com eles como supostos porta-vozes. Mesmo assim, se comparados com a população brasileira, talvez seja possível dizer que, nesse quesito, a afinidade religiosa entre as fiéis e os políticos por eles eleitos motiva um acompanhamento maior da prática parlamentar que o eleitorado brasileiro em geral. A pesquisa Novo Nascimento (Fernandes, 1996) mostra essa mesma tendência. Afinal, em nossa pesquisa, 33% dos entrevistados sabiam dizer algo sobre projetos defendidos pelos deputados estaduais por eles eleitos. Qual será a percentagem de cidadãos brasileiros que sabem relatar algum dos projetos defendidos por seus candidatos?

A segunda observação a ser assinalada é que os pentecostais pesquisados que acompanham os candidatos por eles eleitos, referiram-se apenas aos projetos que dizem respeito às questões de moral.[5] Certamente, se algum desses deputados votasse a favor de alguma lei contrária à cosmovisão da moral religiosa de sua denominação, rapidamente os fiéis o saberiam e o questionariam. Por conseguinte, os evangélicos dessas denominações, ao acompanharem o desempenho dos religiosos-políticos, não o fazem se não em nível de controle sobre as questões morais-religio-

[5] Entre outros pesquisadores, Coradini (2001) já havia assinalado a moral religiosa como princípio de legitimação para as candidaturas tanto das organizações religiosas como de seus representantes.

sas. Este é o específico para o qual, para eles, justifica-se a existência de evangélicos-políticos. Para os participantes destas denominações, a questão da moral religiosa é de grande relevância. Do universo pesquisado, 86% consideraram essencial a presença de uma moral religiosa no exercício parlamentar.

Como vimos no quadro 1, apenas 33% dos entrevistados sabiam dizer algo acerca do que os religiosos-políticos haviam realizado como deputados estaduais. Entretanto, nem sempre as respostas estavam relacionadas diretamente à prática política. Do universo de 33%, mais da metade (54,4%) lembraram de aspectos *não* diretamente ligados ao fazer político, como, por exemplo: ajuda médica a familiares; doação financeira para reforma de templos; auxílio a programas denominacionais de recuperação a dependentes químicos; auxílio financeiro a escolas de vilas empobrecidas, entre outras. Por conseguinte, 45,6% dos entrevistados lembraram de aspectos diretamente ligados ao trabalho parlamentar. Em outras palavras, isso significa dizer que 15% do universo pesquisado citou projetos ou leis encaminhadas por esses deputados.

Além disso, pode-se perceber que, em grande parte, a relação estabelecida entre fiéis e políticos é clientelista. Freqüentando os gabinetes dos deputados estaduais dos mais diversos partidos e de pessoas ligadas ou não a alguma instituição religiosa, foi possível perceber uma afluência de pedintes dos mais diversos matizes. Estabelece-se, então, uma relação assistencial-clientelista. Como vimos acima, muitas das questões lembradas pelos fiéis como realizações importantes dos religiosos-deputados situa-se naquilo que Machado (2003) denominou de "clientelismo corporativista".

Vimos no quadro 1 que 74,2% dos entrevistados sabiam da existência de deputados ligados a sua denominação religiosa, e que 33,3% deles conheciam alguma realização ou os projetos defendidos por estes religiosos-políticos. Mas vejamos como esses dados estão distribuídos por denominação religiosa, ou seja, verifiquemos como os fiéis de cada uma das denominações respondeu a essa questão.

Tabela 1

| Denominações | Sim | Não |
|---|---|---|
| Igreja Universal do Reino de Deus | 77,3 | 22,7 |
| Assembléia de Deus | 76 | 24 |
| Igreja do Evangelho Quadrangular | 68,4 | 31,6 |

Com relação à IURD, aqui se levanta um dado curioso. Segundo a pesquisa Novo Nascimento de 1996, no Rio de Janeiro, 88% dos fiéis da IURD ignoravam a presença de pastores em cargos políticos. Na Grande Porto Alegre, 77,3% dos entrevistados desta denominação disseram saber da existência de deputados ligados a sua denominação religiosa. Contudo, apenas 13,6% sabiam dizer o nome desse político. Ou seja, 86,4% desses entrevistados não sabem dizer o nome desses políticos. Esse dado mostra-se compatível com a pesquisa Novo nascimento. Desta maneira, podemos dizer que, hoje, os fiéis da IURD sabem que sua denominação tem se preocupado em levar à cena política representantes de suas fileiras. Contudo, pode-se concluir que esses fiéis não se preocupam em acompanhar o trabalho dos religiosos-políticos, como veremos na tabela 2.

Tabela 2

| Denominações | Sim | Não |
|---|---|---|
| Assembléia de Deus | 56 | 44 |
| Igreja do Evangelho Quadrangular | 31,2 | 68,8 |
| Igreja Universal do Reino de Deus | 4,54 | 95,46 |

Comparando as tabelas 1 e 2, verificamos que os membros da AD possuem o maior índice de conhecimento sobre as realizações dos deputados que ajudaram a eleger, enquanto a IURD, com significativa diferença, o menor índice de conhecimento. Na prática, a relação entre saber sobre a existência de políticos ligados a sua denominação e ter conhecimento sobre

algo que esses políticos realizaram em seus mandatos é praticamente inversa. Se a IURD é a denominação em que os membros mais sabem sobre a existência de políticos a ela filiados, é também ela que apresenta o menor grau de interação e de conhecimento dos membros acerca da prática parlamentar dos eleitos.

Se a IURD consegue o maior grau de adesão de seus membros para eleger seus candidatos, 95% conforme a pesquisa Novo Nascimento (1996), em contrapartida, parece ser ela a que "conduz" seus membros a um menor interesse pelas questões da política. Apenas 4,5% lembravam de algo realizado pelo religioso-político.

Entre as denominações pesquisadas a AD apresenta o maior índice de conhecimento sobre o exercício parlamentar por ela eleitos. Dos entrevistados dessa denominação, 76% sabiam da existência de deputados estaduais ligados a sua denominação e 56% souberam citar algo que seus representantes legislativos haviam realizado.

Conforme Oro (2001), essa denominação possui, entre as três, a estrutura mais democrática. O inverso mostra-se igualmente verdadeiro. Ou seja, na IURD, a estrutura é mais verticalizada e hierárquica, sendo onde seus membros menos sabem a respeito dos políticos eleitos. No entanto, não parece haver relação com os meios comunicacionais. Sem dúvida, a estrutura e as possibilidades de comunicação entre a hierarquia da IURD e os seus membros são muito maiores do que a AD ou IEQ, o que talvez explica o fato de seus membros saberem mais sobre a existência de religiosos-políticos. Contudo, isto não fornece subsídios para explicar a razão de os participantes dessa denominação serem os mais desinformados em relação aos políticos por ela eleitos. A *Folha Universal*, por exemplo, possui um espaço específico para tratar de questões políticas ligadas a sua denominação e às bandeiras levantadas pelos políticos a ela filiados.

Uma interpretação para essa questão, já acima colocada, é a sugestão de Oro (2001b) sobre a influência das organizações religiosas no sucesso eleitoral. Em seu entender, a estrutura com que essas denominações se apresentam influencia profundamente a relação que seus membros possuem com a política. Nossa sugestão é que, juntamente com a influência do tipo

organizacional sobre a forma pela qual seus membros votam, pesa igualmente a cosmovisão pregada pela denominação. Aliás, esta referência à importância cosmológica sobre a forma de votar dos fiéis destas denominações não está ausente na hipótese interpretativa de Ari P. Oro (2001b). Para este autor, a cosmologia está submetida à lógica organizacional, ou seja, ao "poder carismático da IURD" (Oro, 2001b, p. 57). Assim, a cosmologia seria uma variável dependente. Essa é uma hipótese engenhosa e, como bem notou Carlos Alberto Steil (2001), de grande valor heurístico. Enfim, é nessa linha analítica que nos inscrevemos, mas dando especial atenção a variável cosmológica. Esse é o tema do próximo ponto.

## UMA COSMOVISÃO MÁGICA CONDUZ A UM MAIOR ATIVISMO-CONFORMISTA?

Como vimos anteriormente, os fiéis da IURD mostram-se os mais cientes da existência de deputados ligados a sua denominação. Mas, por outro lado, quais serão os fatores que levam os fiéis da IURD a serem os menos inteirados sobre a prática parlamentar de seus representantes?

Conforme o estudo de Oro (2001), sabe-se que a IURD é a denominação mais hierárquica e melhor organizada em busca de seus objetivos políticos. Sabidamente é também uma das denominações que mais faz uso da magia[6] (Oro, 2001a). A IURD constitui-se na denominação, entre as três pesquisadas, que mais se utiliza de recursos mágicos. Ou, como afirma Barros (1995), a IURD consiste em uma denominação sacramental. Em

[6] Religião e magia, como não poderiam deixar de ser, são conceitos típico-ideais, uma vez que, na realidade social, esses dois elementos estão misturados em diferentes intensidades. Além disso, não devemos esquecer que Bourdieu (1992) afirmou que a distinção entre religião e magia tem maior relação com o poder e com a ideologia do que com a ciência. Para ele, a oposição entre religião e magia "dissimula a oposição entre diferenças de competência religiosa que estão ligadas à estrutura da distribuição do capital cultural" (Bourdieu, 1992: 44). Contudo, não devemos nos ater apenas a essa conceituação.

contrapartida, os dados aqui apresentados mostraram que é na IURD que encontramos os participantes menos informados ou inteirados sobre a prática dos religiosos-políticos da denominação. Como explicar essa relação? Procurando aclarar essa questão partiremos da análise weberiana sobre os fenômenos religiosos.

Da concepção geral de Weber aprendemos que a racionalização pela ética religiosa, complementada pela racionalização científica, desencantou o mundo, ou seja, desmagicizou o mundo da vida. Para o sociólogo alemão, as religiosidades mágicas tendem a desvalorizar a ação no mundo já que "ligam a decisão sobre a salvação ao êxito de processos racionais *não* cotidianos" (Weber apud Pierucci, 2003, p. 48). Em outras palavras, a atividade mágica é ligada aos processos racionais, mas que estão fora da esfera cotidiana. A magia impede a percepção das relações entre causa e efeito na sociedade.[7] Em virtude disso, essas religiosidades tendem a desvalorizar a ação no mundo.

A magia é considerada por Weber um processo racional, mas que não produz uma racionalização de conduta de vida, isto é, uma ética. Não é, assim, passível da produção de uma racionalização teórico-prática, somente prática-técnica.[8] Para Weber, as representações mágicas possuem um caráter subjetivamente mais racional com relação a fins do que o comportamento religioso. A magia está totalmente voltada para o aqui e o agora. Daí sua percepção sobre a religião-mágica ser de cunho utilitarista e instrumental. Contudo, essa religiosidade busca respostas da ordem do extra-cotidiana, isto é, as respostas não são objetivamente racionais. A magia sempre possui um objetivo muito prático e suas expectativas com os resultados são

[7] Um estudo interessante e de recapitulação sobre as principais teorias sobre ritos nos é acessível através do livro de Segalen (2002). Uma das características do rito é que este conduz as pessoas a esperarem uma eficácia que "não advém de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica da ligação causa-efeito" (p. 32).

[8] A racionalidade teórico-prática é o tipo de racionalização exercida pela ciência, enquanto a racionalidade prática-técnica, não estabelece correlações de racionalidade objetiva, ou seja, não estabelece relação empírica entre causa e efeito.

as mais imediatas possíveis. A reflexão sobre os meios constitui-se em algo secundário, ou seja, a relação "meio-fins é subjetivamente avaliada" e não de forma teórico-sistêmica (Schluchter apud Pierucci, 2003, p. 80).

Como Weber também nos ensinou, quando interpretamos uma realidade social, não é possível deixar de lado os aspectos simbólicos (apud Souza, 1999). Ao analisarmos um fenômeno social como a religião, esta questão torna-se ainda mais fundamental. Na relação entre religião e política, por exemplo, não convém nos atermos apenas aos mecanismos básicos que se movimentam no mundo da política. Convém incluir, também, a percepção desse fenômeno como algo cultural, como um sistema de escolhas, o que certamente ultrapassa uma leitura da realidade pela lógica da "razão prática". As culturas são sistemas simbólicos e não apenas a escolha racional entre meios e fins. Em outras palavras, não podemos deixar que a percepção utilitarista e instrumental da religião oblitere a visão dos aspectos simbólicos que a compõe. Ao deixarmos de lado a simbologia impregnada nas relações sociais, "legitimamos como oficiais as ideologias da ciência que nos remetem ao controle da natureza" (DaMatta, 2001, p.16).

Como muito bem colocou Ari Pedro Oro, a partir de uma cosmovisão mágica não há situação ou problema

> que não possa ser abarcado pelo sobrenatural, assim como não há situação que não se relacione, ao menos em parte, com o sagrado; não há, também, situações em que a medicina, a economia, ou a física, constituam cursos de ações excludentes da religião. Segundo esta ótica, não há utilitarismo na conduta mágica, pois não se vive a ruptura de planos entre o céu e a terra; não há carreira oportunista de idas e vindas relativamente à religião, antes um recurso explicativo vinculado a uma visão de mundo totalizante, segundo a qual todo o mal e todo o bem se iniciam no plano místico (Oro, 2001a, p. 81).

Parece-nos ser exatamente esse o caso da IURD. Não há uma ética unificadora da conduta, ou seja, um princípio valorativamente racional que submeta a todas as realidades, mas apenas conforma-se a uma moral culturalmente valorizada. Essa moralidade identifica-se com uma moralidade cristã difusa e conservadora com relação a questões como a contrariedade

ao aborto e ao casamento entre homossexuais, a proteção à propriedade privada, etc. Com raríssimas exceções, o posicionamento de seus políticos é notadamente conservador. Justamente por sua cosmovisão mágica, suas respostas nos campos em que ela se lança são bem sucedidas. A rigor, não lhes interessam os meios, mas os resultados. Evidentemente, essa estratégia tem certas limitações que precisam ser respeitadas, como, por exemplo, a cultura na qual está inserida.[9] Sua estratégia de batalha espiritual levada ao discurso político, por exemplo, oferece essa possibilidade. O próprio sucesso, pessoal, institucional ou político, é inserido dentro da dinâmica mágico-discursiva. Essa dinâmica, pelo menos até agora, tem transformado fiéis em ativos cidadãos-votantes que procuram concretizar no aqui e agora um projeto cosmológico e religioso em uma realidade tangível, através da esfera política, portanto, através da imanência. Esse ativismo, por obedecer à lógica mágica, não consegue ultrapassar posicionamentos conservadores. Assim, essa religiosidade tende a desvalorizar a ação no mundo por não perceber a relação de causa e efeito em processos cotidianos. Para eles, o processo entre causa e efeito está vinculado a processos extracotidianos, daí a necessidade de ritualização de praticamente todas as suas ações, e, conforme nos ensina Weber, essa racionalidade é clara e objetiva com relação a fins. Talvez esteja aí a explicação através da qual se pode compreender uma alta taxa de compromisso entre fiéis da IURD para a votação nos candidatos indicados pela instituição e, igualmente, a baixa percentagem de acompanhamento dos fiéis aos seus respectivos representantes políticos. Uma vez colocados os "representantes de Deus" nas instituições políticas, a transformação esperada da realidade ocorrerá como em um "passe de mágica".

[9] Ou, como preferia Leach (1978), a magia trata o símbolo como sinal, transforma o metafórico em metonímico. Para este antropólogo, o símbolo é tudo o que representa uma ausência, o abstrato ou o futuro. O sinal, em contrapartida, conduz a um efeito imediato, a certo tipo de comportamento. Mas Leach considera que isso somente é possível nas sociedades onde há uma forma convencional de hábitos, isto é, onde muitas vezes os símbolos são tratados como sinais.

Se os fins assumidos pelas instituições religiosas em relação à política pudessem ser enquadrados numa ação da ordem da razão prática, a ação cultural e simbólica na qual ela está embebida nos aponta para questões muito mais amplas e complexas. O ritualismo mágico encontra um fértil campo para sua atuação, já que a ritualização ajuda a re-ordenar a percepção sobre a realidade social. "Os ritos possuem a possibilidade de criar um universo único e coerente no plano simbólico" (Douglas apud Segalen, 2002, p. 30). Disto podemos concluir que a racionalidade política acaba por ser submetida à lógica mágico-religiosa. Além disso, percebe-se que a religião sai de uma subjetivação individual para alcançar com objetividade a esfera pública. A religiosidade e a religião, enfim, tomaram uma dimensão mais ampla e complexa do que apenas a da subjetividade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Mônica do Nascimento. *A Batalha do Armagedom*: Uma Análise do Repertório Mágico-Religioso Proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus. 1995. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em Nome de Quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DAMATTA, Roberto. Vendendo totens: prefácio parazeroso para Evardo Rocha.In: ROCHA,Everardo P. Guimarães. *Magia e Capitalismo*: um estudo antropológico da publicidade. 3.ed. 1.reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 7-18.

FERNANDES, Rubem César (Coord.). *Novo Nascimento*: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro: ISER, 1996.

GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LEACH, Edmund R. *Cultura e Comunicação*: A lógica pela qual os símbolos estão ligados. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LOETZ, Claudio. Pesquisa AN/Maparevela que catarinenseconsidera ainda capacidade política e exemplos para definir o voto. *A Notícia*. Joinville. 28 de jul. 1998. Disponível em: http://www.an.com.br/1998/jul/28/0pot.htm. Acesso em: 20 de set. 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Existe um estilo evangélico de fazer política? In: BIRMAN, Patrícia (Org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 283-308.

MARINHEIRO, Vaguinaldo. Comentário: Pitta ainda é prefeito, e a culpa é sua. *Folha Online*. São Paulo. 12 de jul. 2000. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u4607.shl.Acesso em: 20 de nov. 2004.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. *ILHA – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 71-86, nov. 2001a.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 9-71, set. 2001b.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O Desencantamento do Mundo*: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

SEGALAN, Martine. *Ritos e Rituais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOUZA, Jessé. A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O Malandro e o Protestante*: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UnB, 1999. p. 17-54.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 73-86, set. 2001.